



Conferência regional sobre negócios e direitos humanos destaca importância de planos de acção que protegem os direitos das comunidades afectadas

- O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizou entre os dias 6 e 8 de Dezembro, na Cidade de Maputo, a Conferência Regional sobre o Plano de Acção sobre Empresas e Direitos Humanos na região da África Austral.



A Conferência centrou-se no diálogo para proporcionar espaço de aprendizagem e intercâmbio com vista a estimular e apoiar o desenvolvimento e adopção, pelos Estados membros da União Africana, do Plano de Acção Nacional para implementação efectiva dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento do continente. Este evento constituiu um momento importante para fortalecer a parceria entre as instituições, oferecendo uma oportunidade para a criação de redes regionais entre actores-chave em negócios e direitos humanos.

Além do Ministério da Justiça, Assuntos Con-

stitucionais e Religiosos e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, participaram da organização do evento a União Africana, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), as Nações Unidas para Development (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Deutsche Gesellschaft für internationale Zusammenarbeit (GIZ), a Rede de Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (NANHRI), o Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos (DIHR) e o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD).



Na sua intervenção, o Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Manuel Malunga, fez a contextualização da situação em que Moçambique se encontra e reiterou o compromisso que o Governo tem para com os direitos humanos.

“Este evento visa proporcionar um espaço acolhedor para dialogarmos sobre o tema negócios e direitos humanos, além de mostrar o compromisso e a vontade que o Governo tem de implementar o Plano de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos”.

Manuel Malunga referiu ainda que, apesar do desenvolvimento da indústria extractiva, o seu impacto na vida dos cidadãos nem sempre foi positivo, pelo que há necessidade da implementação de planos de acção nacionais que respeitem as comunidades e os direitos humanos.

“Não podemos deixar de referir o fenómeno do terrorismo e extremismo violento na zona norte do país que representa uma grande negação dos direitos humanos fundamentais, que é a vida, e enormes prejuízos materiais, bem como as alterações climáticas que também afectam a população”.



Roberto Nanima, representante da União Africana, destacou a importância do diálogo sobre o Plano de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos e respectiva implementação.

“A implementação do Plano de Acção Nacional é importante porque fornece ferramentas necessárias para que os negócios respeitem os direitos humanos. Este é um momento em que todos nós precisamos de todas as mãos para enfrentar esses desafios”.

Roberto Nanima referiu também a importância de colocar os direitos humanos no centro do debate, sobretudo os direitos da criança. “Precisamos colocar os direitos humanos no centro do diálogo. Esta é uma grande oportunidade para fazer um esforço distinto e fazer uma mudança positiva para todos os Estados. Os Planos de Acção Nacionais devem ser baseados em padrões internacionais, incluindo os padrões para crianças”.



David Omozuafah, representante do PNUD África, reconheceu a importância da responsabilidade social corporativa, mas considera que não é suficiente para resolver os problemas que os países africanos têm vindo a enfrentar.

“Uma coisa é clara: a responsabilidade social corporativa não é suficiente. Precisamos de um Plano de Acção Nacional, um plano efectivo para garantir que os direitos humanos sejam respeitados nos negócios”.

David Omozuafah falou da importância da confiança da população e da interacção entre todos os responsáveis pelo respeito dos direitos humanos nos negócios. “Precisamos também de construir confiança. Os cidadãos devem sentir confiança nas empresas e no Governo. Todos devem participar: Governo, empresas e sociedade civil. Não é só papel do Governo”.



“A UNICEF sente-se honrada por participar neste programa com o Governo e outras organizações. Este diálogo regional oferece uma oportunidade única para os países da região sul trocarem experiências”, começou por dizer Isabel Burchard, representante da UNICEF.

Na sua intervenção, Isabel Burchard falou da importância da implementação do Plano de Acção Nacional e da importância de incluir as crianças neste plano. Dois terços da população da África são crianças. Temos de decidir e influenciar a vida das crianças. Nós, UNICEF, queremos garantir que neste diálogo haja também um foco nos direitos da criança. Estamos aqui para apoiar e garantir que os direitos das crianças sejam protegidos”.



Laila Sheik, representante da Embaixada da Suíça em Moçambique, falou do papel dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos e da abertura da Suíça, juntamente com os seus parceiros, de acolher calorosamente a adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários.

“Estamos também muito orgulhosos e satisfeitos com a excelente cooperação com o Ministério da Justiça, Constituição e Assuntos Religiosos. O empenho demonstrado pela Sua Excelência Ministra Helena Mateus Kida e sua equipa na condução dos Princípios Voluntários e no processo da sua implementação em Moçambique é exemplar”.



“Esta é uma reunião muito importante. Negócios e direitos humanos é um assunto muito relevante em Moçambique”, disse Kimura Hajime, Embaixador do Japão em Moçambique. O Embaixador nipónico destacou a importância dos direitos humanos nos negócios, bem como algumas violações de direitos humanos que observou durante a pandemia da COVID-19. “Quando aconteceu a pandemia muitas fábricas expulsaram seus trabalhadores por mais de um mês não puderam cuidar de suas famílias, não puderam cuidar de seus filhos, e isso foi uma violação dos direitos humanos”.

O Embaixador do Japão mencionou o desafio do trabalho infantil e a oportunidade que existe hoje para superar esse problema. “Quando eu era criança, vim de uma cidade pequena e trabalhava muito, mas agora os tempos mudaram. Naquela época era muito desafiador, mas agora temos a oportunidade de implementar o plano de acção para garantir que os direitos das crianças também sejam respeitados nos negócios”.



Na sua intervenção, o Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD, falou da responsabilidade do Governo e do sector empresarial no respeito pelos direitos humanos, mas também da importância do desenvolvimento das comunidades.

“No contexto dos direitos humanos e negócios, lucros e rendas também devem resultar no desenvolvimento das comunidades. Esta plataforma não é apenas para a parte formal dos remédios, não é apenas para aumentar a conscientização sobre os direitos humanos, mas também se concentra na necessidade de desenvolvimento da comunidade”.

Ainda na sua intervenção, o Prof. Adriano Nuvunga falou da importância de Moçambique aderir formalmente aos Princípios do Voluntariado sobre Segurança e Direitos Humanos e do papel da sociedade civil. “Moçambique precisa de aderir formalmente para que haja prestação de contas. Através dos Princípios Voluntários, a sociedade civil dispõe de um instrumento eficaz para obrigar o Governo de Moçambique a cumprir os seus deveres de protecção dos direitos humanos”.





INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Hélio Siteo
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

